

# PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ANGOLA: UM BALANÇO HISTÓRICO

ARCHEOLOGICAL RESEARCH IN ANGOLA: A HISTORICAL  
BALANCE

**Bruno Pastre Máximo**

**RESUMO:** Este artigo busca fazer um balanço histórico sobre as pesquisas arqueológicas em Angola, principalmente durante o período colonial. Neste período, a arqueologia na colônia de Angola pode ser dividida em três momentos: o primeiro ligado a pesquisas de cunho antropológico; o segundo inserido nas pesquisas ocorridas no âmbito das atividades mineradoras da DIAMANG e o terceiro após a morte de Mendes Correia, e uma iniciativa de uma pesquisa científica não atrelada ao discurso colonialista. Após a independência pouca foram as pesquisas feitas, principalmente devido a guerra civil em curso. Já no século XXI, a arqueologia toma novo impulso, com a candidatura da cidade de Mbanza Kongo como patrimônio da humanidade.

**Palavras chave:** Arqueologia Africana; Arqueologia de Angola; História de Angola; Mbanza Kongo; Patrimônio Arqueológico.

**ABSTRACT:** This article seeks to make a historical account of the archaeological research in Angola, especially during the colonial period. In this period, the archeology in the colony of Angola can be divided into three moments: the first one linked to anthropological research; the second inserted in there search carried out in the ambit of the mining activities of DIAMANG and the third after the death of Mendes Correia, andaninitiative of a scientific research nottied to the colonialist discourse. After independence little research was done, mainly due toon going civil war. Already in the 21st century, archeology takes a new impulse, with the candidacy of the city of Mbanza Kongo as patrimony of humanity.

**Editor-Gerente**

[Ivaldo Marciano Lima](#)

**Editores**

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosa Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

**Keywords:** African Archeology; Archeology of Angola; History of Angola; Mbanza Kongo; Archaeological Heritage.

# PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ANGOLA: UM BALANÇO HISTÓRICO<sup>1</sup>

Bruno Pastre Máximo<sup>2</sup>

O desenvolvimento da arqueologia na Angola colonial pode ser dividido em dois momentos. O primeiro envolve os trabalhos realizados por arqueólogos estrangeiros e portugueses junto a empresa de exploração de diamantes DIAMANG na região da Lunda e os trabalhos dos geólogos dos Serviços de Geologia e Minas de Angola. Também neste período ocorreram trabalhos realizados por agentes coloniais, em especial nas Missões Antropológicas de Angola realizadas durante os anos 1940 e 1950. Vale ressaltar que ambos se encontravam alinhados com o projeto colonial, seja de forma indireta ou direta. O segundo momento é marcado por uma mudança na linha de pesquisa, buscando um afastamento da ideologia colonial, incorporando a questão do ensino e profissionalização da arqueologia na colônia, e ainda tentando incorporar narrativas africanas na interpretação do material analisado.

\*\*\*

Os trabalhos inaugurais sobre a pré-história de Angola remontam ao ano de 1890, com as publicações de Servero (1890) e Nery Delgado (1890). Posteriormente, o explorador Serpa Pinto, junto ao seu assistente Santos Júnior, realizaram algumas coletas de superfície e interpretações nos anos 1930. Santos Júnior, ao retornar a Portugal, organizou uma síntese dos trabalhos do explorador acerca do passado pré-histórico de Angola, apresentando-os no Congresso Nacional de Antropologia Colonial do Porto de 1934. As apresentações (1934) reforçavam a ligação das peças com a cultura Tumba, existente no então Congo Belga. Até os anos 1940, os trabalhos resultaram em poucos resultados. A arqueóloga angolana Sônia Domingos (2009, p. 50-51) resume a situação da arqueologia angolana no período:

---

<sup>1</sup>Archaeological research in Angola: a historical review

<sup>2</sup>Técnico de Laboratório/Arqueologia – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutorando em Arqueologia pela UFMG. Mestre em arqueologia pelo MAE/USP. Email para contato: [pastrebruno@gmail.com](mailto:pastrebruno@gmail.com). O texto submetido é uma versão em português da entrada “Angola” na SMITH, Claire (Org.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, 2014. Esta pesquisa contou com o fundamental apoio do CNPq.

Até os anos 40 do século XX, a pesquisa arqueológica, aparece como uma série de ações individuais, relatórios simples de achados arqueológicos e estações. Isso resulta em uma grande dificuldade em compreender e muita confusão na sistematização cronológica dos fatos arqueológicos de Angola.

Os primeiros trabalhos substanciais de pesquisa arqueológica em Angola se iniciaram a partir da iniciativa da empresa DIAMANG (Companhia de Diamantes de Angola), em meados dos anos 30. A empresa recebeu concessão do governo colonial de uma área de mais de 30.000 km<sup>2</sup> na região da Lunda, noroeste da então colônia de Angola, para exploração de diamantes (PORTO, 1999). Com a expansão dos lucros a companhia iniciou investimentos culturais que levaram a contratação de pesquisadores e cientistas, culminando na fundação do primeiro Museu de Angola em 1936, o Museu do Dundo (GUTIERREZ, 2008). O objetivo de criação do Museu era o de preservar as tradições que se “perdiam” no contato com a colonização:

(...) iniciou a ser organizado um museu gentil em Dundo, destinado a reunir e coletar todo objeto característico usado pelas raças indígenas da região, especialmente *lundas* e *quiocos*. Esta iniciativa foi compelida pela necessidade de evitar a perda, através da ação do tempo e do contato com nossos habitantes, dos principais vestígios da vida tradicional gentil (PORTO, 1999, p. 769).

Iniciou-se então uma sagaz recolha de material na região, saltando de 496 objetos em 1936 para 5.500 em 1942. Sob a curadoria de José Redinha, o museu se expandiu, criando novos departamentos, entre eles o de arqueologia e pré-história que “(...) beneficiou-se do conhecimento e complacência dos técnicos contratados pela companhia.” (PORTO, 1999, p. 769). Nomeadamente os arqueólogos e geólogos – J. Redinha, Fernando Mouta, Jean Janmart, H. Breuil, L. Leakey J. Camarate França e Desmond Clark. Este grupo se favoreceu do perfil da Diamang e do Museu que mesmo alinhado com o colonialismo, “(...) conduzia uma política de abertura, por permitir aos pesquisadores estrangeiros ligados à arqueologia se deslocarem em Angola para efetuarem suas pesquisas” (DOMINGOS, 2009, p. 59), resultando em uma reunião de objetos obtidos de diferentes maneiras: recolha de superfície, coleta pela atividade mineradora (tanto na extração, quanto na lavagem e separação) e escavações arqueológicas.

Numerosos trabalhos foram feitos na região, culminando em uma série de artigos divulgados nas *Publicações Culturais do Museu do Dundo*, se tornando um importante instrumento no estabelecimento de parceiros internacionais com grandes instituições acadêmicas. Graças aos trabalhos destes especialistas, segundo Ervedosa (1980, p. 33), a “(...) pré-história do Nordeste de Angola é hoje [1980] a mais bem conhecida, não só do país, mas até de toda a bacia do Zaire.”



Exposição do Museu do Dundo durante período colonial. Fonte: <http://www.diamang.com/A-Lunda/Dundo/Museu-do-Dundo/i-4gn5bRT/A>

Os principais trabalhos foram os desenvolvidos primeiramente por Janmart e continuados por Desmond Clark. Durante a sua estadia, Clark realizou estudos importantes para a compreensão da pré-história da região além de ser um crítico das nomenclaturas e cronologias atribuídas ao território angolano. (CLARK, 1971, MARET, 1990).

Os trabalhos de referência do autor são os que se propõe a fazer uma síntese de suas atividades e confeccionar uma carta arqueológica. A primeira foi publicada em 1963 – *Pre historic cultures of Northeast of Angola and their significance in tropical Africa*, seguido por *The distribution of pré historic cultures in Angola* de 1966 e completado em 1968 com *Further paleo-anthropological studies in Northern Lunda*. Neste mesmo período os geólogos ligados aos Serviços de Geologia e Minas de Angola também trouxeram importantes contribuições à arqueologia. Durante muitos anos eles se preocuparam em recolher os artefatos descobertos nas expedições e principalmente anotar os diferentes sítios arqueológicos encontrados. Durante os anos 50 foram diversos os mapas geológicos publicados que continham as informações registradas, destacando-se neste conjunto os trabalhos realizados por Martins e Rodrigues (DOMINGOS, 2009).

Paralelo às atividades dos pesquisadores ligados a Diamang, o Estado português também buscou através de Missões Antropológicas obter maiores informações sobre o passado dos nativos vivos em seus domínios. As primeiras iniciativas por parte do Estado português em realizar estudos sobre os colonizados vieram ainda no século XIX, por apelos da Sociedade de Geo-

grafia de Lisboa. Desde a sua origem, estas investigações já possuíam um caráter notadamente centrado na Antropologia Física como demonstram uma circular de 1885, “(...) ordenando aos chefes dos serviços sanitários coloniais e ao pessoal administrativo a recolha de crânios humanos (...)” (MARGARIDO *apud* PEREIRA, 2006, p. 147).

A ligação da Antropologia Física com a Arqueologia é compreendida dentro dos aspectos evolucionistas existentes na época, e refletidas em Portugal no IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica de 1880. A institucionalização da antropologia na universidade ocorre em 1885, com a criação da cadeira em Antropologia – sob comando de um médico – na Universidade de Coimbra. Segundo Pereira (2015), isto determinou muito dos aspectos da disciplina neste período, pois quando os autores queriam trabalhar com as colônias, deveria em algum momento se reportar a antropologia física e suas aplicações práticas para ter reconhecimento. A ligação da Antropologia Física com a Arqueologia é compreendida dentro dos aspectos evolucionistas existentes na época, e consolidadas na chamada “Escola do Porto”.

Esta, segundo Pereira (2005, p. 211), “(...) marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a primeira metade do século (...)” e um nome marcaria toda a geração de estudos envolvendo Antropologia e Arqueologia: Antônio Augusto Mendes Corrêa. Sua carreira iniciou-se na medicina, seguindo um doutoramento em Antropologia Física em 1921, já assumindo importante papel na Universidade do Porto, como professor e catedrático de Antropologia da Faculdade de Ciências Naturais.

Portugal na primeira metade do século XX vivia não só uma situação de carência econômica, mas também problemas políticos, onde a liberdade de pensamento era perseguida e condenada e o incentivo à pesquisa era reduzido. Este contexto não permitiu um desenvolvimento crítico acerca dos conhecimentos arqueológicos, sendo eles estreitamente controlados pela ideologia do Estado Novo. Os raros casos de estudos arqueológicos para Angola se deram por iniciativas individuais e esparsas. Porém, esta situação se alteraria a partir dos anos 40 com a consolidação da Junta de Investigação do Ultramar.

O surgimento da Junta se deu em meados dos anos 30, no bojo de um debate sobre a situação precária em que se encontravam os estudos sobre as colônias portuguesas.

No meio acadêmico, fazem-se ouvir vozes que denunciam o atraso na ocupação científica das colônias portuguesas e pugnam por um efetivo investimento do Estado na ciência colonial (...). A ciência é apresentada como meio de garantir o sucesso da colonização e assegurar uma exploração racional dos recursos coloniais, com óbvios dividendos econômicos para a metrópole (CASTELO, 2012, p. 215).

Em 1936 a Junta de Investigação do Ultramar foi criada como um braço do Ministério das Colônias e tinha a função de promover a investigação científica no Império. Neste primeiro momento a arqueologia apareceu como um dos ramos da Antropologia, seguindo o conceito de Antropologia da Escola do Porto. Segundo Pereira (2005, p. 215):

O conceito de Antropologia de Mendes Corrêa e da “Escola do Porto” englobava, contudo dois aspectos contraditórios entre si: por um lado a Antropologia era entendida como uma ciência de integração abrangente, incluindo não só a Antropologia Física, mas também a Pré-História, a Etnografia e a Psicologia. Por outro lado, a Antropologia Física baseava-se na raciologia e na teoria da hereditariedade que, por natureza, excluía uma perspectiva social e cultura.

Esta ideologia se perpetuaria como ideologia estatal por muito tempo, não tendo, contudo, neste momento de criação, um papel muito relevante entre os órgãos de pesquisa colonial. Castelo divide o papel da Junta em dois momentos. O primeiro vai até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), e se caracterizou pelas atividades da Junta Investigação nas Colônias em articular os objetivos do poder colonial e o sistema de funcionamento da economia baseada nas relações raciais. “Os dois objetivos fundamentais a atingir eram: a ocupação efetiva dos territórios, por um lado; e a extração dos recursos naturais e o aproveitamento da mão de obra indígena, por outro.” (CASTELO, 2012, p. 402).

As principais atividades neste momento estavam ligadas as ciências geográficas e geodésicas, juntamente com as questões agrárias, ocupação da terra. O primeiro (e único trabalho de antropologia realizado antes de sua reformulação em 1945), foi a Missão Geográfica de Moçambique de 1936. Este trabalho foi entregue aos auspícios do médico e professor, colaborador da “Escola do Porto”, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990).

Esta missão teve mais um caráter de esclarecimento que propriamente científica. Havia entre os ministros de Salazar uma preocupação, segundo Morais (1984, p. 114), com a:

(...) ignorância colonial com relação aos valores culturais indígenas (...). ‘Modernização’ demandava algum conhecimento de etnografia. Foi neste contexto produzido as primeiras referências para a ‘pré-história local’ e iniciou-se uma fase de pesquisa na qual a antropologia física foi o interesse predominante(...).

O trabalho em si também foi dificultado por diversos fatores. Primeiro consistia no tamanho da empreita a ser realizada. Com um território de aproximadamente 800.000 km<sup>2</sup>, a então colônia de Moçambique apresentava grandes problemas de transporte e infra-estrutura, levando Santos Júnior a percorrer largas distâncias no lombo de burro. Outro problema era a solidão na investigação. Na época vigorava a imagem romântica do explorador solitário, reforçada pela fal-

ta de dinheiro por parte do governo, cabendo a Santos Júnior realizar a sua empreitada somente acompanhada por um chefe de polícia e um agricultor que lhe servia de tradutor.

Decorrente da falta de financiamento, o tempo também foi rigorosamente controlado. Os integrantes possuíam somente entre 3 e 6 dias de estadia entre as regiões administrativas. “Assim, a investigação etnográfica limitava-se, sobretudo ao que era possível observar de imediato: recolher objetos, fotografar e filmar paisagens exóticas e anotar, o mais minuciosamente possível, observações diversas” (PEREIRA, 2005, p. 228). Seu trabalho, no entanto, colheu frutos interessantes, cabendo a ele a descoberta da 1ª estação da Idade da Pedra em Moçambique, Vale do Zambeze: a Estação Lítica de Marissa (RODRIGUES, 1999, p. 266-267).

Neste primeiro momento da Junta de Investigações Coloniais, compreendendo os anos entre 1936-1945, os trabalhos referentes à Arqueologia se resumiram ao da Missão de Moçambique, não fazendo parte em mais nenhuma outra incumbência por parte da Junta. Neste período ocorreu um debate interno com participação de cientistas e políticos visando uma reforma da Junta. Na parte de Antropologia e Arqueologia Mendes Corrêa elaborou em 1940 um plano de estudos antropológicos coloniais.

Neste plano, segundo Poloni (2011, p. 3), Corrêa estabeleceu uma hierarquia de prioridade para as pesquisas, “(...) na qual a antropologia física ocuparia o lugar principal em virtude de proporcionar a caracterização física e a avaliação das capacidades dos indígenas [ao trabalho].” A Arqueologia ocuparia um espaço menor, perdendo importância, mantendo o interesse somente na parte erudita, para Portugal não se afastar das discussões internacionais. Um possível interesse econômico e político estariam relacionados à avaliação do potencial das comunidades indígenas a partir da sua origem étnica e do seu processo de evolução.

Em 1945 foi publicado o decreto que a reorganizou e instaurou a Junta de Investigações Coloniais como um “(...) organismo aberto, de número ilimitado de membros, destinado ao estudo e discussão dos problemas científicos coloniais” (PORUGAL *apud* CASTELO, 2012, p. 394). Portugal tentava, assim, se abrir e modernizar sua ciência frente às outras potências coloniais. Este movimento consistiu em substituir os velhos argumentos em torno do “fardo do homem branco” e a salvação pelo trabalho, por uma política de “desenvolvimento” social das colônias. Respondendo a pressões externas, Portugal se viu obrigado a investir em melhorias para as suas populações coloniais. Data deste tempo a alteração dos adjetivos “colonial” e “império” para “ultramar” e “províncias ultramarinas” e a consolidação e propagação das ideias do lusotropicalismo criadas por Gilberto Freyre.

Em 1946 Mendes Correa assumiu a presidência da Junta de Investigações Coloniais (posteriormente renomeada para Junta de Investigações Ultramarinas) e pôs o seu plano antropológi-

co em prática, favorecendo deste modo os estudos em Antropologia Física, em detrimento de outras áreas como a Etnologia, Arqueologia. Para Poloni (2011, p. 4), a Arqueologia só se manteve nas Missões Antropológicas por quatro motivos:

- 1 – Necessidade de interação com o panorama científico internacional;
- 2 – Intercâmbios com figuras importantes da Arqueologia nacional e internacional;
- 3 – Arqueologia é utilizada como forma de avaliar o potencial de cada comunidade nativa a partir do conhecimento do seu passado;
- 4 – Através do trabalho de campo antropobiológico se aproveita os mesmos percursos para se realizar reflexões arqueológicas de acordo com o tempo e espaço disponível.



Caixa com material antropométrico [das Missões Antropobiológicas de Angola e Timor]. Fonte <http://actd.iict.nt/view/actd:AHUD24001>.

As Missões Antropológicas, no entanto, aumentaram, e muito, a sua frequência, existindo no período entre 1945-1975 o total de 21 Missões, compreendendo as colônias de Moçambique, Angola, Guiné e Timor. Para Angola (alvo de nosso trabalho) foram realizadas quatro campanhas, nos anos de 1948, 1950, 1952 e 1955. O chefe das missões foi o médico Antônio de Almeida (1900 – 1984). Formado em medicina, foi professor da Universidade de Lisboa realizando uma pós-graduação em Medicina Tropical pela Escola Superior Colonial, instituição em que foi professor de 1935 até a sua aposentadoria em 1970. Além das missões para Angola, também chefiou outras Missões Antropobiológicas para Timor e Guiné. Em suas campanhas em Angola, percorreu mais de 45.000 quilômetros, registrando questões como comportamento, vestimentas, cultura material, relações de parentesco, religião e demografia entre as distintas etnias do país.

E foram justamente nas missões para Angola que os caminhos dos arqueólogos da Diamang e de Antônio de Almeida se cruzaram. Desde a primeira ocorrência em 1948, Almeida contou com o apoio e colaboração de membros da Diamang para realizar seus estudos sobre a pré-



história de Angola. Num primeiro momento trabalhou com Camarate França em diversos sítios, até a sua morte em 1962, sendo substituído por Henri Breuil.

Todos os trabalhos relacionados com a Arqueologia foram publicados no periódico *Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*, entre os anos de 1950-1964. Os trabalhos da Missão estavam, como orientado, para questões antropobiológicas, dando pouca atenção para as atividades relacionadas com a Arqueologia. Esta era uma queixa de Camarate França, em um artigo para a revista citada acima. Na Missão de 1952, o grupo descobriu uma grande quantidade de artefatos na Vila de Serpa Pinto (atual Menongue),

Infelizmente, o carácter essencial de Antropologia física a que obedecia a orientação da Missão e o pouco tempo de que já dispúnhamos para as sobrecarregadas tarefas previamente estabelecidas não nos permitiram levar mais longe as nossas observações numa jazida que, entretanto, se reconheceu ser de acentuada importância. Mas temos esperanças de que isso será possível num futuro próximo (FRANÇA, 1960, p. 14).

Esta crítica se refletiu não somente ao carácter preponderante da antropologia física, mas a sua obsessão por parte dos ideólogos do Estado Novo e Mendes Corrêa. De acordo com o programa de pesquisas das Missões (RODRIGUES, 1999, p. 268) “(...) os estudos de Antropologia Física ocuparam cerca de 75% das atividades do trabalho de campo efetuado, restando para as atividades relacionadas com a pesquisa e recolha de dados e espólios nos domínios da Etnografia, de pré-história e Arqueologia apenas cerca de 25% do tempo determinado para cada campanha.”

Apesar do pouco interesse à Arqueologia, temos resultados muito positivos e controversos em algumas das Missões. Dentre os trabalhos publicados, foram feitas análises sobre os vestígios arqueológicos, tais como aqueles que buscavam criar tipologias da indústria lítica de Angola, e alguns sobre recintos amuralhados de períodos mais recentes.

Na mesma Missão de 1955, França e Almeida tiveram a oportunidade de visitar recintos amuralhados no sul de Angola. Segundo os autores (ALMEIDA; FRANÇA, 1960, p. 109), o local é bem famoso “(...) pelas lendas em sobressaem, por vezes, tesouros fabulosos.” Sabendo do local, em 1952 eles passaram pela localidade, porém devido ao pouco tempo não puderam explorar (deveriam examinar os bosquímanos). Em 1955 retornaram para a região novamente por causa dos bosquímanos, e desta vez tiveram a oportunidade de fazer uma sondagem e registrar o recinto. “Contudo, ainda em 1955, não houve ensejo para a realização de demoradas e profundas pesquisas, que convém levar a efeito, a fim de seus resultados ajudarem a esclarecer as muitas dúvidas que tais monumentos suscitam” (1960, p. 110). Neste ensaio os autores fizeram um detalhado registro da localização, composição e natureza das muralhas, fazendo inclusive desenhos e representações das muralhas e edifícios que existem ao redor.

Terminados os apontamentos que recolhemos sobre os recintos murallados de Angola, permitimo-nos emitir algumas conclusões finais. Serão estas construções obra, de Bantos e, por conseguinte, relativamente recentes — datando quando muito do século XIX? (...) Baseado nas fotografias dos recintos que lhe mostrámos, o eminente arqueólogo Padre Henri Brouil admitiu, a princípio, tratar-se de obras dos Bantos muito primitivos, impressão essa substituída posteriormente por outra - alicerçada em mais elementos informativos — segundo a qual os recintos murallados constituem testemunho de uma eventual e antiga influência cultural de povos de Mediterrâneo, à qual talvez não fosse estranha a existência do ouro em região não distante dos mesmos recintos. É provável que se esteja perante um fenómeno de imitação de obras anteriormente existentes e cuja eficácia se reconheceu ou, então e simplesmente, na presença de uma tradição arquitetônica que se perdeu; por isso, só futuras e mais profundas investigações *in situ* poderão contribuir para resolver tão interessante problema arqueológico, embora repugne perfilhar desde já a opinião de que os recintos (sic) mais pequenos e de tosca construção hajam sido erigidos por Bantos (1960, p. 121-122).

Creio ser esta conclusão dos autores um sintoma do estado da Arqueologia portuguesa e o seu envolvimento primordial com a causa política em detrimento das questões técnicas e científicas. Ao retomar o difusionismo, na sua forma mais esdrúxula, os autores (médicos, não arqueólogos) foram contra todos os estudos que desde os anos 30 demonstravam a falácia das ideias de ocupação europeia em regiões centrais da África. Ao privilegiar os estudos antropobiológicos, a antropologia portuguesa patinou em questões elementares com o intuito de sustentar um regime colonial em decadência e que perdia seus referenciais de existência.

Podemos observar que arqueólogos de prestígio que trabalharam com a Diamang, nomeadamente Desmond Clark e Janmmart, não foram atraídos às Missões, provavelmente conscientes de seu caráter paliativo e sem fins académicos. Clark mesmo critica esta atitude dos pré-historiadores, para ele:

“Já se encontra suficientemente demonstrado que, no estudo da pré-história, não há hoje lugar para esta espécie de raciocínio. [difusionismo europeu] (...) Desta maneira, os fatos podem falar por si, ser comparados com modelos, e não são (sic) usado para satisfazer qualquer noção preconcebida do investigador” (CLARK, 1973, p. 19-20).

Recintos Amuralhados – (ERVEDOSA, 1980)



Como resumo desta fase da arqueologia portuguesa em Angola, temos a participação de Antônio de Almeida e o arqueólogo francês citado acima, Henri Breuil no Congresso Pan-africano de Pré-história e Estudo do Quaternário (Leopoldville, 1959). Neste pequeno ensaio (ALMEIDA; BREUIL, 1964), os dois autores buscaram resumir o estado da arqueologia angolana e contextualizá-la com os trabalhos feitos no continente.

As posições controversas dos autores coloniais eram sintoma do estado da arqueologia portuguesa e o seu envolvimento primordial com a causa política em detrimento das questões técnicas e científicas. Ao privilegiar os estudos antropobiológicos, a arqueologia colonial em Angola patinou em questões elementares com o intuito de sustentar um regime colonial em decadência e que perdia seus referenciais de existência. Nas colônias portuguesas os trabalhos se resumiam à pré-história com uma tocante inspiração racializada e evolucionista.

A dominância obsessivamente biológica da Antropologia e por seguinte a da Arqueologia, segundo Pereira (2005, p. 230) “(...) travou o desenvolvimento de uma perspectiva cultural e social nas “missões antropológicas e etnológicas”, contribuindo assim para a cristalização da imagem dos povos colonizados como “raças” mental e civilizacionalmente atrasadas.” O maior objetivo destas incursões “científicas” era de prover o regime Salazarista de argumentos que justificassem a manutenção do *status quo* e do império, baseado essencialmente no decadente conceito de “raças inferiores” e no contraste entre “bárbaro e civilizado”.

Algo, porém, que devemos apontar é o papel do arqueólogo/geólogo e seu envolvimento com a política colonial. Todos os pesquisadores envolvidos tanto em pesquisas arqueológicas quanto em outras áreas desenvolvidas pela Diamang estavam cientes do seu papel enquanto



Esboço da Carta Pré-Histórica de Angola feito por: (ALMEIDA, BREUIL, 1964).

agentes coloniais. O exemplo mais gritante é a questão dos trabalhadores nativos. Pelo código legal da época, o trabalho forçado era dado como punição para o que os colonizadores intitulavam de “desocupados”. Como os colonialistas portugueses eram os únicos que podiam decidir quem estava ocupado ou não, de acordo com Nuno (1999, p. 782) “(...) virtualmente toda a população estava suscetível de ser pega nos contratos de trabalho pelos agentes da administração, que distribuiriam então eles como força de trabalho para colonos individuais ou companhias coloniais como a Diamang.” Deste modo, estes arqueólogos continuavam a perpetuar as ações iguais aos seus antecessores do século XIX ou início do XX.

## **PÓS-MENDES CORREIA**

Durante os anos 1950, Portugal foi constantemente pressionado para realizar reformas sociais e proporcionar diálogos com os nativos para a descolonização, o que foi sempre rechaçado. Segundo Castelo, emergiu na comunidade acadêmica e científica ligada às questões coloniais a noção de que os problemas enfrentados nas colônias exigiam “(...) o recurso à investigação no domínio das ciências sociais, nomeadamente da Sociologia e da Antropologia Cultural, para uma moderna legitimação da ação colonial e aconselhamento especializado da administração” (CASTELO, 2012, p. 399).

Um dos pontos cruciais para a mudança foi a morte de Mendes Corrêa em 1959, deixando aberta novas possibilidades de atuação. Desenhou-se então o gradual processo de transição da Antropologia para a Etnologia. Porém, esta nova fase foi marcada pela ausência de estudos e investimentos do Estado Novo, que já não conseguia se legitimar através de ideias, tendo que fazê-las através da guerra contra os movimentos de libertação.

Para o caso Angola é importante ressaltar a ida do antropólogo Santos Júnior – chefe das Missões Antropobiológicas de Moçambique – para Luanda e sua estreita contribuição para a fundação da Universidade de Luanda e o seu departamento de Antropologia em 1970, pioneiro entre as colônias portuguesas. O ensino e a pesquisa arqueológica começaram naquele mesmo ano, sendo as aulas realizadas na cidade de Lubango (sul de Angola), ministradas não só por Santos Júnior, como também pelo escritor Carlos Ervedosa, grande entusiasta do passado angolano. Seu envolvimento com a arqueologia iniciou-se em 1967 com os trabalhos realizados nas estações paleolíticas de Baia Farta, em Benguela. Após a chegada de Santos Júnior, iniciou-se uma parceria de pesquisas entre este e Ervedosa, resultando em trabalhos realizados em Benfica I Cobolombo, nos arredores de Luanda, e sobre as pinturas rupestres de Canginguri, em Mungo (DOMINGOS, 2009).

As aulas de arqueologia na Universidade de Angola produziram frutos muito interessantes, como demonstra o artigo publicado por Jorge em 1973, onde se relaciona uma grande quantidade de estações descobertas no sudoeste de Angola no mesmo ano. O então professor de arqueologia da universidade, Vitor Jorge, em 1973, em trabalho de campo a serviço da Universidade descobriu uma área com imensa quantidade de objetos, incluindo um cemitério. Este local passou de um simples sítio arqueológico para objeto de ensino, algo inédito na colônia (JORGE, 1973).

Esta união entre pesquisa e ensino foi algo inovador entre os estudantes da colônia. Apesar do atraso da instauração de Universidade nas colônias este foi um passo importante para o desenvolvimento da arqueologia no território, pois retirava-se o interesse puramente ideológico e político da antropologia, trazendo uma perspectiva com um maior rigor científico e cultural. Esta realidade se alterou, passando a problematizar mais sobre a prática científica colonial, incorporando novos pontos de vista não necessariamente ligados ao Estado.

Nesta nova fase da ciência colonial portuguesa, a pesquisa de Jorge e outros também foi inovadora em duas áreas: uma reflexão crítica acerca dos trabalhos realizados anteriormente em Angola e a incorporação de relatos históricos e etnológicos em suas análises. Jorge e outros, mesmo inserido na estrutura colonial, conseguiram realizar algumas críticas aos trabalhos conduzidos por estudiosos anteriores.

Se estivesse certa a hipótese de Childs segundo a qual as construções de pedra entre os indígenas de Angola seriam um produto da influência de primitivas fortalezas portuguesas, então talvez que as fortificações da Ganda não fossem anteriores ao século XVIII, ou quando muito ao século anterior [XIX]. Porém, não refletirá esta hipótese daquele investigador o bem conhecido preconceito de que as populações da África Negra seriam tradicionalmente alheias a uma arquitetura de pedra, isto é, com carácter permanente? Só a continuidade do estudo sistemático que mal comecei a empreender na região poderá vir a solucionar a questão (JORGE, 1974, p. 124).

Ao estudar os vestígios de Ganda (Província de Benguela), Jorge conduziu um importante estudo prévio com base na tradição oral e nos relatos etnográficos, para conhecer melhor as táticas e estratégias de guerra entre os povos de Benguela. Outro trabalho que segue nesta mesma linha, foi o realizado por Rui de Sousa Martins, sobre moldes de fundição de brincos encontrados em uma antiga cidade na área dos Bakongo (norte de Angola), a vila Quibaxe (Kibashi). No ano de 1973, iniciaram-se trabalhos de urbanização na vila (MARTINS, 1982). Aproveitando o envolvimento com o mestre, o arqueólogo colhe informações sobre a utilização dos brincos pelos povos da região e quais os significados atribuídos a eles. Além disto, registrou detalhadamente todo o procedimento utilizado na fabricação do brinco, desde objetos utilizados até as técnicas e modo de preparação.

Analisando a metodologia utilizada por Martins, podemos observar uma mudança radical nas práticas arqueológicas angolanas. O registro e adoção da sabedoria do chefe local sobre o artefato não foi somente um ato de consideração, mas também uma quebra da hierarquia, onde se reconheceu a importância da sabedoria do mestre e deu-lhe a oportunidade de interpretar e contribuir para a interpretação arqueológica. Também mostra um interesse antes ausente sobre o passado recente dos povos de Angola, os chamados povos da Idade do Ferro. Seu trabalho, junto com os de Ervedosa e Santos Júnior, marca o fim dos estudos pautados pela ideologia colonialista em Angola, sendo o rompimento efetivo em termos políticos em 1975, com a declaração de independência.

### **ANGOLA INDEPENDENTE:**

Com a emancipação política, Angola passou por um período turbulento na área científica. Mesmo antes da declaração de independência, hostilizações e conflitos envolvendo brancos (angolanos ou portugueses) e negros se tornaram frequentes, ocasionando uma fuga em massa que acabou por fragilizar a estrutura de pesquisa. Na contramão desta situação adversa, foi construído em 1976 o Museu Arqueológico Nacional, em Benguela, assumindo todas as funções relacionadas com as pesquisas arqueológicas nacionais, assim como a conservação do patrimônio arqueológico. A direção foi posta sob o comando do arqueólogo português Luís Pais Pinto. Sua atuação, contudo, foi muito limitada pela falta de recursos financeiros e humanos, resumindo a década de 1980 a trabalhos de prospecção de superfície.

O grande trabalho da década é justamente do ano de 1980. O livro *Arqueologia Angolana*, de Carlos Ervedosa, trata-se de uma síntese de todos os trabalhos realizados sobre a Pré-História Angolana até então, realizando a tradução com a finalidade de disponibilizar ao público lusófono, considerando que a maioria dos trabalhos se encontrava ou em inglês ou francês (o que permanece até os dias de hoje).

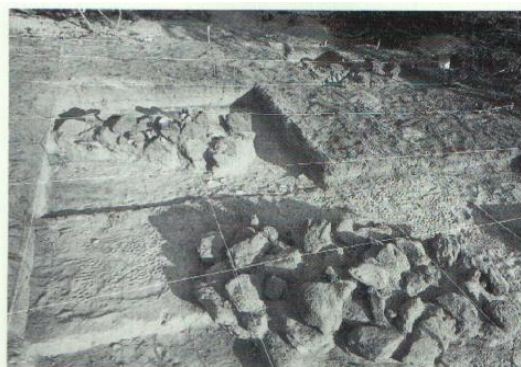
Organizado segundo parâmetros cronológicos europeus: da Idade da Pedra - paleolítico, mesolítico e neolítico - com suas respectivas subdivisões à Idade do Ferro (iniciando-se ± séculos II-IV), o livro foi publicado pela Editora Nacional e revela um claro esforço do Estado angolano em tornar acessível o conhecimento do seu passado pré-histórico. Ervedosa remontou ao passado ancestral a construção da identidade nacional angolana, evitando tratar de conflitos étnicos já aflorados no pós-independência:

Nos utensílios de pedra lascada que jazem o seio de terraços fluviais e marinhos, nas paredes pintadas de abrigos sob-rocha, no interior de recintos muralhados e em tantas outras estações arqueológicas, se encontra registrado o passado milenar de Angola. São as

páginas mais antigas da sua história que se torna urgente encontrar e interpretar. Esta é, além do mais, uma tarefa eminentemente nacional (ERVERDOSA, 1980, p. 9).



*Sondagens arqueológicas sobre três campas postas a descoberto no "Cemitério dos Condes", no Pângala, em 1980*



*Sondagens arqueológicas sobre três campas postas a descoberto no "Cemitério dos Condes", no Pângala, em 1980*

Escavações conduzidas no Soyo por Henrique Abranches (ABRANCHES, 1991).

Após a publicação do livro de Ervedosa, pouco foi feito e publicado. Luís Pais Pinto, apesar de todas as limitações estruturais, segundo Domingos, fez um trabalho interessante, porém seus trabalhos não foram publicados, dificultando maiores informações. Única exceção se deu nas pesquisas conduzidas por Henrique Abranches. No início dos anos 1980, ele conjuntamente a um grupo de pesquisadores ligados ao

LANA (Laboratório Nacional de Antropologia) iniciaram pesquisas de cunho etnográfico e arqueológico da foz do rio Congo. O primeiro local escolhido para pesquisas pela equipe do laboratório foi a região do Soyo, na margem sul da foz do Rio Congo. A missão de pesquisa foi conduzida pelo antropólogo Henrique Abranches e Simão Souindoula. Durante esta temporada, foram realizadas prospecções arqueológicas, e inclusive uma importante escavação no cemitério dos antigos reis do Soyo (SOUINDOULA, 1992; ABRANCHES, 1991).

Em 1990 tem início um novo período de pesquisas com uma presença maior, e constante, de arqueólogos franceses na região. Esta iniciativa partiu do próprio Museu de Arqueologia de Benguela, buscando financiamentos que permitissem a ampliação de suas atividades. O encarregado para as atividades foi o professor de pré-história da Universidade de Toulouse II, Manuel Gutierrez (GUTIERREZ, 2008).

Deste modo, durante os anos 90, foram realizadas algumas escavações, principalmente na região de Baia-Farta e na necrópole de Kapanda, e concomitantemente, diversos cursos de formação, incluindo um sítio-escola para preparação dos estudantes. Neste período se firmou o primeiro protocolo de colaboração científica entre o Museu Nacional de Arqueologia e Université de Paris I- Panthéon Sorbonne, sendo um dos objetivos deste protocolo complementar a formação dos funcionários do Museu. Seguiram-se outros investimentos franceses, investindo no Departamento de Arqueologia da Agostinho Neto, levando estudantes para realizarem cursos de formação na França. Segundo Domingos (2009, p. 54) “(...) a formação em Arqueologia foi re-

duzida a uma disciplina anual integrada ao curso de História. Esta situação reflete bem a falta de professores especializados nesta disciplina em Angola.”

Os trabalhos mais contundentes apoiados pelo Estado angolano no século XXI na área da arqueologia estão ligados ao processo de candidatura da cidade histórica de Mbanza Kongo a Patrimônio mundial da UNESCO. Remetendo a iniciativas do final dos anos 1980, os trabalhos se iniciaram de forma permanente em 2007, com a criação do projeto “Mbanza Kongo – Cidade a desenterrar para preservar”. Reunidos na cidade de Mbanza Kongo, um grande grupo de especialistas de diferentes áreas definiu como meta realizar escavações arqueológicas e estudos históricos possibilitando a inscrição da cidade na lista do patrimônio mundial da UNESCO.

O governo, com apoio da UNESCO, firmou parcerias importantes com diversas instituições estrangeiras, incluindo a Universidade de Coimbra, de Portugal e a Universidade de Yaounde II, dos Camarões. Durante os anos seguintes, escavações foram realizadas em diversos pontos-chaves da cidade, tais como o Kulumbimbi (ruínas de uma antiga igreja colonial, nomeada como Sé Catedral), Tadi dia Bukukua, Museu dos Reis do Kongo e etc. Os trabalhos tiveram sucesso em encontrar muitos vestígios arqueológicos referentes às populações habitantes do reino do Kongo de diferentes períodos. Os estudos oriundos destas pesquisas ainda não foram publicados, mas culminaram no dossiê que resultou na nomeação da cidade como patrimônio mundial da UNESCO em julho de 2017.



Arqueólogos portugueses escavam em Mbanza Kongo. Fonte: <http://www.dw.com/pt-002/angola-apoio-de-peso-para-candidatura-de-mbanza-congo-a-patrim%C3%B3nio-da-humanidade/a-18092075>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Henrique. **Sobre os Basolungos: Arqueologia da tradição Oral**. Luanda: Fina Petróleos de Angola, 1991.



- ALMEIDA, Antônio de; BREUIL, Henri. Introdução à Pré-História de Angola. **Memórias da Junta de Investigação do Ultramar**. 2ª Série, N.º 50, 1964.
- ALMEIDA, Antônio de; FRANÇA, J. Camarate. Recintos Muralhados de Angola. **Memórias da Junta de Investigação do Ultramar**. 2ª Série, N.º 16, 1960.
- CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012.
- CLARK, J. Desmond. **A Pré-História da África**. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.
- CLARK, J. Desmond. Problems of Archaeological Nomenclature and Definition in the Congo Basin. **The South African Archaeological Bulletin**. Vol. 26, No. 101/102, Aug., 1971.
- CLARK, J. Desmond. The distribution of pre historic culture in Angola, **Publicações culturais**, nº 73, Diamang, Lisboa, p.15-102. 1966.
- DE MARET, Pierre. Phases&Facies in theArcheology of Central Africa. *In*: ROBERTSHAW, Peter (ed.). **A History of African Archeology**. London: James Currey, 1990.
- DOMINGOS, Sônia Ludmila da Silva. **Les Series Ceramiques des Amas Coquilliers de la region de Luanda (Angola): Contribution à l'étude de la Préhistoire recente angolaise**. Tese (Doutorado em Antropologia Social e História da Europa) -Université de Toulouse II LeMirail, 2009.
- ERVEDOSA, Carlos. **Arqueologia Angolana**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FRANÇA, J. Camarate. Primeira nota sobre a Jazida Magosiense de Vila de Serpa Pinto (Angola). **Memórias da Junta de Investigação do Ultramar**. 2ª Série, N.º 16, 1960.
- GUTIERREZ, Manuel. **Recherches archéologiques en Angola: préhistoire, art rupestre, archéologie funéraire**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- JORGE, Vítor. **Breve introdução à pré-história de Angola**. Guimarães: Revista de Guimarães, 1975.
- JORGE, Vítor. Novas estações arqueológicas do Sudoeste de Angola. Comunicação ao III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto, 1973. **Revista de Guimarães**. Guimarães, 1974.
- MARGARIDO, Alfredo. Le Colonialisme Portugais et l'Anthropologie. *In*: COPANS, Jean [ed.], **Anthropologie et Impérialisme**, Paris: Maspero, 1975.
- MARTINS, Rui de Sousa. Um molde para fundição de brincos da antiga "Mbanza Kibashi" – Angola. Separata de: **Revista da Universidade dos Açores**, Série Ciências Humanas, nº IV, 1982.
- MÁXIMO, Bruno Pastre. **Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MÁXIMO, Bruno Pastre. **Uma história da arqueologia em África: peculiaridade, conflitos e desafios da disciplina em Angola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

MORAIS, João. Mozambican Archaeology: pastand presente. **The African Archaeological Review.** Vol. 2, 1984.

PEREIRA, Rui Mateus. **Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2006.

PEREIRA, Rui Mateus. Raça, sangue e robustez: os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa. **Cadernos de Estudos Africanos,** Lisboa, n.7-8, jul. 2004-jun, p. 209-242, 2005.

POLONI, Rita. A ciência vivida: A arqueologia e as Missões Antropológicas do Oficial Prática. **Atas do Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial.** AHU, 2011

PORTO, Nuno. ManageablePast: Time andNativeCultureatthe Dundo Museum in Colonial Angola (Lepassémanipulé. Letempset la culture locale au muséedu Dundo en Angola coloniale). **Cahiers d'ÉtudesAfricaines,** Vol. 39, Cahier 155/156. 1999.

RODRIGUES, Maria Conceição. Os primórdios da investigação arqueológica em Moçambique e o Prof. Santos Júnior. Um reconhecimento arqueológico. **Portugalia,** Nova Série, Vol. XIX-XX, 1999.

SANTOS JÚNIOR, Joaquim dos. **Arte rupestre em Angola.** Porto: Inst. de Antropologia, 1974.

SEVERO, Ricardo. Primeiros vestígios do periodoneolithico na provincia de Angola. **Revista de ciências naturais e sociais,** Porto, 1, 4, 1890.

SOUINDOULA, Simão. Mbanza Soyo: pesquisas arqueológicas. **Leba,** vol. 7, 1992.